



ABRIL DE 2024

RS CONTÁBIL



CRESCIMENTO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 1,6 bi



CRESCIMENTO NO RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS)

R\$ 2,0 bi



CRESCIMENTO DA RCL

R\$ 7,8 bi



QUEDA % DA DESPESA COM PESSOAL (VS 1Q23)

4,90 p.p.*



QUEDA % DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (VS 1Q23)

19,31 p.p.*

*Pontos Percentuais

Números apresentados em milhões de reais acumuladamente até o mês de referência



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

23.676,3	25.853,6
Receita	Receita
-	-
21.806,6	22.345,5
Despesa	Despesa
=	=
1.869,6	3.508,1
OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	
-28,5	-144,3
RESULTADO SEM OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	
1.898,2	3.652,3
◆ 2023	◆ 2024



RESULTADO PRIMÁRIO

22.696,1	25.455,5
Receitas Primárias com RPPS	
-	-
21.960,1	22.897,2
Despesas Primárias com RPPS	
=	=
736,0	2.558,3
RESULTADO PRIMÁRIO COM RPPS	
16.763,0	19.483,5
Receitas Primárias sem RPPS	
-	-
16.203,3	16.938,0
Despesas Primárias sem RPPS	
=	=
559,8	2.545,5
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RPPS	
◆ 2023	◆ 2024



RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

REGIME FINANCEIRO

2.788,4	2.921,1
Receita	Receita
-	-
6.227,1	5.891,7
Despesa	Despesa
=	=
-3.438,7	-2.970,6

FUNDOPREV

245,8	271,8
Receita	Receita
-	-
3,4	3,7
Despesa	Despesa
=	=
242,4	268,1

◆ 2023

◆ 2024

DESPESAS CORRENTES / RECEITAS CORRENTES

DESPESAS CORRENTES (D)	67.811,1	72.601,2
RECEITAS CORRENTES (R)	71.401,0	79.855,3
% D/R	94,97%	90,92%
LIMITE: 95%	◆ 2023	◆ 2024

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

14.146,4	16.476,3
◆ 2023	◆ 2024

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) COMPREENDE OS ÚLTIMOS 12 MESES

50.928,9	58.768,0
◆ 2023	◆ 2024



DESPESA COM SAÚDE

% RLIT	10,00%	9,83%
	1.415,3	1.620,0
Mínimo Constitucional:	12%	
	◆ 2023	◆ 2024



DESPESA COM EDUCAÇÃO

% RLIT	29,33%	24,93%
	4.149,2	4.108,0
Mínimo Constitucional:	25%	
	◆ 2023	◆ 2024



DESPESA COM SEGURANÇA

% RLIT	25,54%	22,50%
	3.613,5	3.706,8
	◆ 2023	◆ 2024

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

Dívida Consolidada	112.377,2	121.865,1
Dívida Contratual	96.415,3	105.757,8
Interna	86.913,2	96.692,8
Externa	9.010,4	8.615,2
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	491,6	449,8
Precatórios	15.961,9	16.107,3
(-) Disponibilidade Líquida de Caixa	10.715,2	15.928,7
Dívida Consolidada Líquida	101.661,9	105.936,4
RCL ajustada para cálculo dos limites de endividamento	50.891,9	58.708,1
% sobre a RLC Ajustada	199,76%	180,45%
	◆ 2023	◆ 2024

DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO / RCL

48,81%	46,99%	45,03%	43,91%
1º Quad/2023	2º Quad/2023	3º Quad/2023	1º Quad/2024

Limites da LRF: Limite Máximo - 49,00% Limite Prudencial - 46,55%

◆ Limite Máximo

◆ Limite Prudencial

< Limite Prudencial



ABRIL DE 2024

RS CONTÁBIL

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Diferença entre as receitas e despesas orçamentárias que pode resultar em superávit ou déficit. É apresentado de forma integral e também com a eliminação dos reflexos das transações intraorçamentárias (realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social).

RESULTADO PRIMÁRIO

Diferença entre as receitas e despesas primárias que pode resultar em superávit ou déficit. São consideradas primárias as receitas e despesas que impactam no endividamento líquido do Estado. O resultado primário exclui do resultado orçamentário as receitas e despesas financeiras e permite avaliar a economia de recursos disponível para amortização de dívida.

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

É o total das receitas resultantes de impostos e das transferências constitucionais e legais auferidas pelo Estado, subtraídas das Transferências Constitucionais aos Municípios. Serve como base para o cálculo do valor investido nas despesas com saúde e educação, assim como para a verificação gerencial da despesa com segurança.

DESPESA COM SAÚDE

São as despesas com ações e serviços públicos de saúde consideradas no cálculo do limite mínimo previsto no artigo 198, § 2, da Constituição Federal, atualmente definido em 12% da RLIT, conforme artigo 6º da Lei Complementar 141/2012.

DESPESA COM EDUCAÇÃO

São as despesas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino consideradas no cálculo do limite mínimo de 25% da RLIT, previsto no artigo 212 da Constituição Federal.

DESPESA COM SEGURANÇA

São as despesas utilizadas na área de segurança pública, incluindo Polícia Civil e Militar. Embora não haja limite mínimo previsto na legislação, a informação é utilizada para acompanhamento gerencial.

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Representa a diferença entre as receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (IPE - Prev), sendo apresentado de forma separada o Regime Financeiro e o Regime Previdenciário (FUNDOPREV).

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

É o somatório das receitas tributárias, contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços, transferências recebidas e de outras receitas correntes, deduzidos os valores das Transferências Constitucionais aos Municípios, Contribuição ao Regime Próprio de Previdência do Servidor, Compensação Financeira entre regimes de Previdência e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB). Serve como parâmetro para verificação e composição de limites e condições estabelecidos na LRF, a exemplo da Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada Líquida.

DESPESAS CORRENTES / RECEITAS CORRENTES

O art. 167-A da CF/88 instituiu nova regra fiscal que incentiva medidas de controle de gastos, estabelecendo que, ao se apurar, no período de 12 (doze) meses, valor superior a 95% (noventa e cinco por cento) da relação entre despesas correntes e receitas correntes, conforme metodologia estabelecida na NT STN 34054/21, é facultado ao ente, enquanto permanecer a situação, aplicar as medidas de ajuste fiscal dispostas nos incisos de I a X.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/LRF

A Dívida Consolidada Líquida representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzida da disponibilidade de caixa líquida. A DC corresponde as obrigações financeiras assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

DESPESA COM PESSOAL / LRF

São despesas com o pagamento pelo efetivo exercício do cargo ou do emprego ou de função de confiança no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, exceto aqueles prestados sob condição de estagiários e por pessoas físicas sem vínculo empregatício, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. A despesa com pessoal é apurada por Poder e órgãos autônomos.